

Encontro reuniu nomes do judiciário nacional para debater o impacto da Judicialização na Saúde Suplementar

Nomes importantes do judiciário nacional, se reuniram nesta quinta e sexta (10 e 11/8), em Brasília, no VII Congresso Jurídico de Saúde Suplementar, para debater questões sobre 'A Judicialização da Saúde'; 'A Boa Fé e os Planos de Saúde'; 'Medicamentos Off Label e Ações na Justiça Americana contra Fraudes'; e 'Corrupção na Saúde Suplementar Brasileira'.

A presidente da FenaSaúde participou da mesa que debateu 'Saúde Pública Geral e Individual: Necessidade de Ponderação', com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. De acordo com Moraes, o excesso de subjetivismo fere a igualdade. O ministro também defendeu que se deve relativizar a postura imperial do administrador (que não tem capacidade para dar tudo) e racionalizar a procura (excesso de pedidos judiciais).

A presidente da FenaSaúde reforçou as declarações do ministro. "Saúde pública e privada sofrem os mesmos dilemas. A Constituição Federal ao prever a participação do setor privado acolhe e reconhece a saúde suplementar como um meio de compartilhar o acesso e a assistência à saúde. Hoje são 70 milhões de brasileiros que utilizam serviços médico hospitalares e odontológicos que representaram cerca de R\$ 130 bi. Valor custeado pelos empregadores e cidadãos, desonerando, portanto, o SUS."

Fonte: CNseg, em 11.08.2017.